

A ABORDAGEM SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE CIÊNCIAS NATURAIS

Rivanildo Barbosa da Silva
Raquel Crosara Maia Leite

Introdução

Nas últimas décadas, as questões biopsicossociais adquiriram maior destaque, fazendo com que a escola tivesse que lidar com problemas emergentes, como degradação ambiental, AIDS, preconceito, violência social e o consumo abusivo de drogas psicotrópicas (BRASIL, 1998a).

Dentre tantos temas importantes e que, de fato, devem estar inseridos no currículo escolar, o uso de drogas necessita uma abordagem diferenciada. Isso se justifica pelas dimensões da demanda social para o tratamento desse tema, bem como devido às dificuldades em lidar com o assunto.

A abordagem sobre drogas se faz necessária para a realização de ações preventivas ao uso indevido de tais substâncias. Esse caráter preventivo geralmente está focado no público adolescente, uma vez que o primeiro contato com as drogas ocorre principalmente em idade escolar. Vale ressaltar que o início do consumo está ocorrendo cada vez mais precocemente, verificando-se, a tendência de trazer essa discussão mais cedo para o ambiente escolar (MOREIRA; NAGEM, 2010).

Nesse contexto, a escola precisa de estratégias que possam permitir que seus educandos reelaborem conhecimentos de maneira a incorporar valores, habilidades e práticas favoráveis à saúde. Sendo assim, é necessária a adoção de abordagens metodológicas que contribuam para a promoção e a proteção da saúde pessoal e coletiva (BRASIL, 1998a).

Existe, portanto, a necessidade que o tema drogas esteja inserido no currículo escolar, devendo ser abordado de modo interdisciplinar e significativo no decorrer da Educação Básica.

Nesse sentido, este artigo pretende apresentar como o tema drogas está inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Ciências Naturais para o Ensino Fundamental. Buscando, assim, esclarecer aos educadores de qual modo esse documento sugere como deve ser trabalhada essa temática no contexto escolar. Para isso, o presente artigo inicia fazendo uma abordagem geral sobre currículo, em seguida descreve quais fatores são essenciais para um currículo de Ciências Naturais e, por fim, destaca as sugestões dos PCN de Ciências Naturais para a abordagem sobre drogas.

Noções Gerais Sobre Currículo

O currículo sempre chamou a atenção de todos os que buscavam compreender e organizar o processo educacional na escola, até mesmo antes de ser apresentado como um objeto de estudo especializado do saber pedagógico. Porém, foi somente no final do século XIX e início do século XX, nos Estados Unidos, que um significativo número de educadores começaram a tratar de forma metódica sobre problemas e questões curriculares, o que proporcionou o surgimento desse novo campo (MOREIRA; SILVA, 2008).

O conceito de currículo evoluiu lentamente, surgindo inúmeras definições, as quais variam entre autores, de acordo com a época e com a ideologia vigente (OLIVEIRA, 2008). Desse modo, Moreira (1997) declara que não existe consenso sobre o que é currículo. Nesse sentido, apresentamos alguns conceitos que norteiam o entendimento sobre currículo.

A palavra currículo deriva da palavra latina *scurrere* que significa correr, referindo-se a curso (NEHRING et al., 2011). Para Lima e Grillo (2008) currículo é uma construção socio-cultural, na qual estão inseridos valores ligados ao contexto que o referenciam.

Para Mello (2009), o currículo não pode ser entendido como mera listagem de conteúdo, deve, portanto, ser compreendido como todo o conteúdo da experiência escolar, que acontece na aula convencional e em outras atividades indicadas pelo projeto pedagógico. Além disso, o currículo detalha os contextos que dão sentido aos conteúdos, define os recursos didáticos, as formas de avaliação e as atividades de alunos e professores.

Segundo Moreira (1997, p. 12), dentro da perspectiva de conhecimento escolar, que tem predominado ao longo dos tempos, o currículo é o “[...] conhecimento tratado pedagógica e didaticamente pela escola e que deve ser aprendido e aplicado pelo aluno”; Para esse autor, o currículo, no que se refere à experiência de aprendizagem, corresponde a um conjunto de experiências que devem ser vivenciadas pelos alunos sob o direcionamento da escola.

O desenvolvimento do conceito de currículo resultou das diferentes compreensões e funções atribuídas ao currículo durante a história, uma vez que, para Moreira e Silva (2008) o currículo é um artefato social e cultural, que possui uma história e está vinculado a formas específicas e contingentes da organização social e educacional. Isso significa que ele é moldado por suas determinações sociais, de sua história e do contexto em que foi produzido. Desse modo, o currículo não é neutro, logo transmite interesses sociais (visões sociais particulares e interessadas), pois está implicado em relações de poder. Um currículo caracterizado dessa forma foi conside-

rado por Nelli (1990) como ciência crítica, consistindo essencialmente para um currículo-formação, voltado para a consciência crítica, emancipatória, humana e trabalhando questões técnicas, instrumentais, éticas, políticas e sociais. Silva (2003) classificou esse tipo de currículo como crítico.

Antes da teorização do currículo crítico, o currículo era considerado como uma ciência natural. Esse modelo de currículo pressupunha a previsibilidade, a predeterminação e o planejamento. Esse planejamento curricular busca requisitos científicos de rigor, exatidão, objetividade, mensurabilidade, entre outros. Essas características resultam num currículo técnico e racional, sendo denominado de currículo-produto. Esse tipo de currículo atua como via de dominação cultural e ideológica, tornando-se mediador da ordem social e econômica junto ao indivíduo (NELLI, 1990).

Para Silva (2003), esse tipo de currículo era baseado no modelo Bobbit fundamentado na teoria de administração científica de Taylor. Nesse modelo, o currículo era comparado com um sistema fabril, no qual a sua estrutura organizacional possui a eficiência como principal objetivo. Desse modo, a função dos especialistas em currículo consistia em realizar a seleção das habilidades e desenvolver currículos que permitissem que essas habilidades fossem desenvolvidas e, finalmente, em planejar e elaborar instrumentos de medição para dizer com precisão se elas foram aprendidas.

Segundo Jesus (2008), na intenção de distinguir o que o aluno aprendeu ou o quanto deixou de aprender, o currículo foi classificado em três níveis: formal, oculto e em ação.

O currículo formal é aquele expresso em planos e propostas curriculares. O currículo em ação refere-se ao que de fato ocorre no ambiente escolar e na sala de aula, por fim, o currículo oculto consiste nas normas e valores não explicitados no

planejamento do professor, mas que os alunos aprendem nas relações estabelecidas na sala de aula (MOREIRA, 1997).

Para que um currículo contemporâneo seja atendido de forma efetiva e alcance seus objetivos, Alonso (2000) ressalta o quanto é importante que se conceda alguma margem de autonomia às escolas e professores na construção e desenvolvimento do currículo de acordo com as necessidades culturais e formativas das suas populações escolares, pois isso permitirá adequar

as possibilidades de oferecer uma educação mais integrada, adequada e relevante à diversidade de etnia, classe, gênero e capacidade que caracteriza a escola atual, afetando intimamente a qualidade educativa, entendida como igualdade de oportunidades de sucesso para todos. (p. 53).

Nesse sentido, Trivelato e Silva (2011) afirmam que para alcançar a aprendizagem em Ciências é imprescindível a busca por uma compreensão integrada do significado dos conceitos aprendidos, estabelecendo vínculo entre o conteúdo e o que é observado na sociedade, nos meios de comunicação, museus, entre outros. Para que isso ocorra, os professores, especialmente os professores de Ciências, devem realizar uma prática pedagógica voltada para a construção de habilidades cognitivas, e ainda contribuir para o desenvolvimento de valores e atitudes que contribuam para a formação cidadã.

O Currículo de Ciências Naturais

As pesquisas educacionais em Ciências apontam para a necessidade de mudanças na prática pedagógica do professor dessa área, nos diversos níveis de ensino. Sendo assim, é necessário distinguir e substituir o ensino voltado predomi-

nantemente para a formação de cientistas por um ensino cuja meta seja uma ciência para todos (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2011).

Nesse sentido, o Ensino das Ciências Naturais na Educação Básica deve dar prioridade às vivências efetivas e significativas de assuntos que promovam um fazer pedagógico que desperte o interesse e motivação de alunos e professores (OLIVEIRA; OLIVEIRA; JÓFILI, 2009).

Para Demo (1998), o professor deve contribuir para a construção de um conhecimento crítico capaz de ocasionar mudanças na vida individual e coletiva de seus alunos. Para isso, o docente deverá substituir o currículo extensivo pelo currículo intensivo. No primeiro, o professor realiza exposições superficiais de conceitos e reproduz as teorias alheias. Enquanto que o segundo tipo de currículo inclui conteúdos relevantes visando à inserção social, contribuindo para o aumento da qualidade de vida e formando o educando para o mercado de trabalho.

Segundo Zabala (1999), os conteúdos de ensino devem enfocar os conceitos, os procedimentos didáticos e a formação de atitudes através de uma abordagem contextualizada, interdisciplinar e problematizadora sobre temas centrais, relacionados a questões que favoreçam a realização, pelos educandos, de diferentes leituras sobre os contextos socioculturais e sobre os fenômenos naturais, permitindo-lhes intervenções significativas nas questões do seu cotidiano.

Esse direcionamento curricular concorda com o discurso de Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011) quando afirmam que a atuação do professor deve direcionar o aluno ao conhecimento científico e tecnológico de maneira crítica, incorporando-o ao seu universo das representações sociais e se constituindo como cultura.

Para que esse fim possa ser atingido, Lima e Grillo (2008) sugerem que os conteúdos selecionados para o ensino



de Ciências precisam ao menos de três condições: a primeira consiste em contribuir para a inserção do educando no discurso contemporâneo, fundamentado em informações científicas e tecnológicas; em segundo lugar, deve favorecer o reconhecimento sociocultural do educando, escola e comunidade para os quais o currículo foi produzido, e, em terceiro lugar, deve favorecer elementos para a qualidade de vida individual e coletiva.

Outra característica bastante citada pelos autores na questão sobre currículo é a interdisciplinaridade. Para Hansen e Olson (1996), a interdisciplinaridade no ensino das ciências implica uma orientação temática que combine o conhecimento de diferentes disciplinas e baseada em metodologias similares. Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011) concordam com essa estruturação curricular na perspectiva da abordagem temática, rompendo com a estruturação pela abordagem conceitual, a qual se baseia na adoção de conceitos científicos.

Vale destacar que não existem receitas para essa construção interdisciplinar na escola. A interdisciplinaridade só irá existir através do processo de intercomunicação de professores construído por meio de experiências práticas (JACOBINA *et al.*, 2011)

Trivelato e Silva (2011) destacam a importância dos professores ao escolherem os temas a ser trabalhados em sala de aula, estes devem levar em consideração os interesses dos alunos. De tal modo que uma pesquisa realizada pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia (BRASIL, 2007), entrevistou pessoas de todas as regiões do Brasil maiores de 16 anos, constatando maior interesse por temas relacionados à saúde. Tema este que comporta o assunto drogas, que segundo os PCN tem significativa relevância social devendo estar inserido no currículo escolar.

A Abordagem sobre Drogas Psicotrópicas

A abordagem sobre o tema drogas não é obrigatória no currículo escolar, entretanto, devido a sua relevância social, esse assunto está cada vez mais presente nas propostas educacionais (ALBERTANI; AZEVEDO, 2012).

A necessidade de abordagem sobre drogas no ambiente escolar é importante, pois, para Baus, Kukep e Pires (2002) o uso de drogas na idade escolar é uma das maiores preocupações de saúde pública. Além disso, Moreira e Nagem (2010) enfatizam que o início do consumo de drogas está ocorrendo cada vez mais precocemente, verificando-se a tendência de trazer essa discussão mais cedo para esse ambiente.

Segundo Soldera *et al.* (2004), as primeiras experiências com drogas ocorrem frequentemente na adolescência. Nessa fase, o indivíduo é particularmente vulnerável do ponto de vista psicológico e social. Sendo assim, Moreira e Nagem (2010) destacam que a abordagem sobre drogas se faz necessária para a realização de ações preventivas ao uso indevido dessas substâncias.

Deste modo, é importante notar que o conhecimento científico sobre drogas, em particular aquele advindo das Ciências Naturais, é necessário, porém não é suficiente para uma abordagem que pretenda ter um caráter preventivo. Nesta perspectiva é que o tema poderia assumir um caráter interdisciplinar e, assim, constituir um eixo que não apenas integrasse diferentes componentes curriculares, mas que também buscasse uma ação conjunta dos pais, professores, orientação educacional e funcionários (A PREVENÇÃO..., 2009).

Para que um projeto interdisciplinar que integre as disciplinas tradicionais e temas debatidos socialmente

tenha sucesso, é necessário um projeto que proporcione uma intervenção ampla e contínua, uma vez que se a ação não tiver continuidade, não terá um resultado eficaz. Portanto, essa ação deve estar incluída no projeto pedagógico da escola, caso contrário, poderá não ser contemplada, devido a questões de tempo, ou será facilmente descartada (JACOBINA *et al.*, 2011).

No contexto da abordagem sobre saúde e drogas cabe ao educador reconhecer a melhor forma de atuação, de modo a preparar os alunos para fazerem escolhas conscientes, as quais contribuam para a saúde e segurança, permitindo assim a minimização dos riscos ou danos ligados ao uso de drogas. Atividades isoladas não garantem que estes objetivos sejam alcançados, mas algumas atividades demonstram maior eficiência, as quais devem estar associadas aos seguintes aspectos: conhecer o que os alunos pensam (uma possibilidade é promover debates facilitados pelo professor), considerar a realidade do aluno, incentivar a reflexão, ajudar a desenvolver o autoconhecimento (a utilização de dinâmicas de grupo, discussões, dramatizações e jogos que estimulem a reflexão dos discentes sobre o seu comportamento e sobre a influência que eles sofrem e exercem na sociedade), estimular a construção do conhecimento e a expressão de sentimentos e opiniões, realizar conceitos reais e não preconceituosos, desenvolver o tema “drogas” integrado aos conteúdos pedagógicos e estimular o interesse e o senso crítico dos alunos (ALBERTANI; AZEVEDO, 2012).

Por fim, os educadores devem sentir-se atraídos por essa proposta, assumindo uma postura de compromisso e responsabilidade na conquista coletiva por uma atuação autônoma. (JACOBINA *et al.*, 2011).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Tema Drogas Psicotrópicas

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são definidos como referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o Brasil. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, dando subsídio à participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor disponibilização da produção pedagógica atual (BRASIL, 1998b).

Nesse sentido, o propósito dos PCN é apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres (CAPELOTO, 2010).

A concepção de currículo apresentada pelos PCN propõe uma organização curricular, na qual o conhecimento é desenvolvido por áreas interligadas através de temas transversais (PINO; OSTERMANN; MOREIRA, 2004).

Os temas transversais foram elaborados de modo a ampliar a possibilidade de realização dos PCN e são o elo entre as disciplinas da estrutura curricular. Eles não possuem a mesma natureza das áreas de conhecimentos convencionais. A escolha desses temas transversais ocorreu com base em alguns critérios, os quais visam sempre questões sociais que podem ser trabalhadas com total flexibilidade e abertura. Os temas transversais escolhidos são: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo (BRASIL, 1998b).

Dentro desta proposta de trabalho interdisciplinar, os conteúdos para cada área de conhecimentos são organizados a partir de eixos temáticos, que nada mais são do que um des-

dobramento dos temas transversais. Os eixos temáticos foram escolhidos de acordo com a especificidade de cada área, sendo sua escolha orientada, principalmente, a partir da análise dos currículos de cada estado, no aprofundamento das discussões de cada área e nos temas transversais (PINO; OSTERMANN; MOREIRA, 2004).

Os eixos temáticos que devem ser desenvolvidos na área de Ciências Naturais são: Terra e Universo, Vida e Ambiente, Ser Humano e Saúde, Sociedade e Tecnologia (BRASIL, 1998b).

Os PCN para Ciências Naturais destacam, no eixo temático ser humano e saúde para o quarto ciclo, a importância de problematizar temas como violência e consumo continuado de drogas psicoativas. Esse documento ressalta que a problematização deve estar vinculada a interpretação de dados e situações reais ou ficcionais, enfocando as polêmicas sociais e informações claras sobre o sistema nervoso. Sugere ainda a promoção do “Autoconhecimento para o autocuidado” e a “vida coletiva”, em conexão com o tema transversal Saúde (BRASIL, 1998b).

As drogas psicotrópicas ou psicoativas são aquelas que têm ação primária ou significativa no sistema nervoso central provocando efeitos no humor, na consciência ou em ambos (BRASIL, 2010). Estas foram incluídas nas diretrizes do Ministério da Educação por estarem cada vez mais ligadas ao universo adolescente e, portanto, presentes direta ou indiretamente no meio escolar (FEFFERMANN; FIGUEIREDO, 2006).

Algumas pesquisas como, por exemplo, a da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira (2003) e Santos et al. (2011) têm contribuído para estudar a prevenção enquanto tema transversal necessário à realidade do cotidiano escolar, já que

se constitui como uma demanda social emergente. Entretanto, Ribeiro (2001) relata que tradicionalmente a formação dos educadores brasileiros não contemplou e, ainda, muitas vezes, não contempla essa dimensão, não incluindo no currículo de cursos de formação de professores conteúdos voltados para a formação política e para o tratamento de questões sociais.

Friederich, Kruger e Nehring (2009) afirmam que a formação continuada poderá aprimorar a competência dos professores e levá-los a incorporar recursos metodológicos a uma “nova” prática docente, que propicie a construção do conhecimento através do “fazer”, e de atividades que permitam trabalhar as competências.

O tema drogas psicotrópicas está relacionado principalmente ao eixo temático Ser Humano e Saúde e aos temas transversais Saúde e Orientação Sexual, destinados ao quarto ciclo do Ensino Fundamental. Segundo Ribeiro (2001), essa interligação entre eixo temático e tema transversal ocorre, pois os atuais PCN, tanto do Ensino Fundamental como do Médio, incorporam a tendência da transversalidade, ou seja, a inclusão de um conjunto articulado e aberto de novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais.

O Tema Drogas Psicotrópicas e os Objetivos dos PCN

O tema drogas psicotrópicas está relacionado a dois objetivos definidos pelos PCN para o ensino fundamental, e três objetivos gerais trazidos por esse documento, referente a Ciências Naturais para o mesmo nível de ensino.

Quanto aos objetivos para o ensino fundamental, o primeiro a ser destacado refere-se à pretensão de

desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania (BRASIL, 1998b, p. 9).

tal objetivo é fundamental para alcançar resultados expressivos na prevenção ao consumo indevido de drogas psicotrópicas.

O outro objetivo refere-se ao fato de “conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva” (p. 9). Pode-se considerar que este objetivo também esteja relacionado às consequências e efeitos (agudos e crônicos) decorrentes do uso indevido de drogas psicotrópicas. Ao assimilar esses conhecimentos, o aluno poderá reconhecer que o uso de drogas altera várias funções do organismo humano, havendo, inclusive, a possibilidade de acarretar consideráveis danos à saúde. A assimilação de tais conhecimentos poderá permitir que o indivíduo tome uma decisão de forma mais consciente quanto ao consumo de tais substâncias, desenvolvendo-se um caráter preventivo através do conhecimento científico.

Além disso, a temática drogas está relacionada com três objetivos definidos para as Ciências Naturais. No primeiro, pode-se destacar a pretensão dos alunos desenvolverem competências que lhe permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo e como cidadão. Nessa perspectiva, os alunos devem compreender que é dever do Governo tomar medidas preventivas ao uso indevido de drogas, visando garantir a melhoria da saúde da população. Essas medidas, geralmente de caráter legislativo, são submetidas à população, as quais de-

vem ser cumpridas pelos cidadãos. Nesse sentido podem-se promover reflexões e discussões sobre a lei que proíbe a venda de álcool aos menores de 18 anos, bem como a lei 11.705 (“lei seca”) que impõe penalidades para o condutor que dirigir sob a influência de álcool, e ainda por meio da legislação que proíbe a realização de propagandas comerciais que incentivem o consumo de tabaco.

O segundo objetivo a ser comentado consiste na relação em buscar “compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes”. Esse objetivo pode ser contemplado quando se destaca os efeitos e consequências decorrentes do uso de drogas que afetam os usuários e também a sociedade em geral. Isso pode ser notado por meio de assuntos que tratam de efeitos das drogas relacionados aos danos à gestação, podendo ocasionar inclusive o abortamento. Além disso, podem-se destacar os riscos perante o fumo passivo os quais podem ocasionar danos (principalmente doenças respiratórias), mais frequentes em familiares que convivem com fumantes.

Vale também ressaltar a relação entre o uso do álcool e os acidentes de trânsito que ocasionam um elevado número de mortes no Brasil, e ainda o consumo indevido esta mesma droga reflete na chance de aumento do número de casos de violência doméstica. Todos esses fatos mostram que o uso indevido de drogas ameaça a saúde individual (usuário) e coletiva (população).

Por fim, o tema Drogas Psicotrópicas relaciona-se ao objetivo de formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar. Esse fato é refletido no contexto de prevenção (primária e secundária)

em relação às drogas, bem como os alunos perceberem que os dependentes devem ser respeitados e precisam de apoio no tratamento contra a dependência, contribuindo assim, para amenizar essa problemática.

A Relação entre o Tema Drogas, Eixo Temático e Temas Transversais

No eixo temático Ser humano e Saúde, referente ao quarto ciclo, é destacada a importância de problematizar temas como violência e consumo continuado de drogas psicotrópicas. Além disso, os PCN ainda relatam que essa problematização deve estar vinculada à interpretação de dados e situações reais ou ficcionais, enfocando as polêmicas sociais e informações claras sobre o sistema nervoso. Esses princípios norteiam como se deve trabalhar o tema drogas psicotrópicas.

Os PCN definem as orientações para a abordagem sobre drogas psicotrópicas, de modo que estas informações estão condensadas principalmente no eixo temático Ser Humano e Saúde e pelo tema transversal Saúde referentes aos PCN de Ciências Naturais para o Ensino Fundamental.

Para efeitos de discussão e compreensão, dividiremos a abordagem sobre o tema drogas em sete categorias: conceitos; classificação; efeitos; conseqüências; fatores e comportamentos de risco; prevenção e tratamento.

Quanto à categoria “conceitos” devem-se diferenciar os conceitos de drogas e drogas psicotrópicas, além de caracterizar os tipos mais consumidos. Essa abordagem concorda com os PCN para Ciências Naturais quando este relata que os conteúdos devem se constituir em fatos, conceitos, procedimentos, atitudes e valores a serem promovidos de forma compatível com as possibilidades e necessidades de aprendizagem do

estudante, de maneira que ele possa operar com tais conteúdos e avançar efetivamente nos seus conhecimentos.

A categoria “classificação” concorda com os PCN, pois este documento declara que ao se discutir “drogas”, é necessário diferenciá-las, e destacar o fato de que as drogas legais e banalizadas pela sociedade estão associadas aos riscos mais significativos. Daí surge a necessidade de trabalhar essa categoria com o objetivo de enfatizar álcool e tabaco como drogas psicoativas, entretanto classificadas como drogas lícitas. Além disso, nessa categoria deve-se abordar a diferença entre os tipos de drogas quanto à ação no sistema nervoso (estimulantes, depressoras e perturbadoras).

A categoria “efeitos” visa destacar os danos que o uso de drogas psicotrópicas pode ocasionar ao usuário. É importante atribuir maior ênfase ao álcool e tabaco pelo fato de que, conforme declaração presente no tema transversal Saúde: o álcool é a droga mais utilizada pelos escolares, seguida pelo tabaco.

Quanto à categoria “consequências” vale destacar as doenças crônicas e a intensificação de problemas sociais (acidentes de trânsito e violência doméstica) decorrentes do uso indevido de drogas psicotrópicas. Nesse contexto, o tema transversal Saúde destaca os problemas de Saúde e as interações hospitalares decorrentes do consumo abusivo de produtos psicoativos na população em geral e entre adolescentes. Contribuindo para ocasionar esses problemas, o álcool ocupa, de longe, o primeiro lugar. Essa categoria está associada também ao tema transversal Orientação Sexual, o qual relata que o debate com os alunos sobre a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, inclusive AIDS, precisa levar em conta ainda a necessidade de incorporar a temática das drogas (BRASIL, 1998b).



Os fatores de risco e os comportamentos de risco foram agrupados em uma categoria específica. Essa categoria deve ter a pretensão de mostrar quais grupos possuem maior vulnerabilidade a algumas drogas psicotrópicas, e ainda buscar demonstrar quais destas acarretam maior risco para a população. Dentre os grupos mais vulneráveis estão, os adolescentes. De tal forma que os PCN para Ciências Naturais destacam que a puberdade e a adolescência, do ponto de vista social, são períodos nos quais ocorre uma significativa ampliação da liberdade de ação, com a diminuição do controle e proteção exercidos durante a infância por parte dos adultos, especialmente dos pais. Ao mesmo tempo, a curiosidade, a ansiedade, a busca de novas experiências, a pressão do grupo de iguais e os próprios mecanismos de afirmação característicos desse momento do desenvolvimento humano compõem um pano de fundo favorável à exposição a diferentes comportamentos de risco.

Quanto à “prevenção”, o tema transversal Saúde determina como um dos objetivos para o 3º e 4º ciclos que os alunos sejam capazes de responsabilizar-se pessoalmente pela própria saúde, adotando hábitos de autocuidado, respeitando as possibilidades e limites do próprio corpo. Além disso, nesta categoria, deve-se demonstrar as responsabilidades que o governo brasileiro possui quanto ao combate ao uso indevido de drogas no Brasil.

Em relação à categoria “Tratamento” deve-se abordar a relevância do acompanhamento médico, do apoio familiar e do próprio usuário reconhecer-se como dependente, sendo estes fatores fundamentais para a eficiência do tratamento. Esse aspecto condiz com o objetivo de Ciências Naturais para o Ensino Fundamental proposto pelos PCN, o qual afirma que o aluno deve compreender que a saúde pessoal, social e am-

biental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes.

Considerações Finais

Os PCN são um referencial importante para os professores de Ciências Naturais planejarem suas estratégias de ensino acerca da temática drogas. Por isso, a necessidade desses professores conhecerem o conteúdo existente nesse documento (os PCN) como representante de um currículo formal para a educação básica.

Vale destacar que existe uma harmonia entre o discurso dos autores que relatam sobre a abordagem do tema drogas e as orientações trazidas nos PCN. Tanto os autores quanto os PCN declaram que a abordagem sobre esse tema deve ocorrer de forma problematizada vinculada ao cotidiano do aluno, despertando o interesse e desenvolvendo o caráter crítico. Além de ocorrer de modo interdisciplinar em que todas as disciplinas (e não só as Ciências Naturais) vão contribuir para formar um aluno consciente, permitindo a minimização dos riscos ou danos associados ao consumo indevido de drogas.

Além disso, conhecer as orientações dos PCN sobre o ensino de Ciências e também especificamente sobre drogas é bastante importante para o professor conseguir estabelecer uma abordagem sobre o tema drogas que esteja próxima do cotidiano dos estudantes e desperte o interesse desses para conhecerem de forma geral esse tema e, assim, os próprios estudantes possam assumir uma postura de autocuidado, evitando o consumo abusivo de drogas psicotrópicas.

Referências Bibliográficas

ALBERTANI, Helena Maria Becker; AZEVEDO, Aldo da Costa. Princípios e Estratégias de Prevenção do Uso de drogas nas ações educativas. In: BRASIL. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Brasília: Atual, 2012. p. 201-203.

Alonso, Luísa. 2000. A construção social do currículo: uma abordagem ecológica e práxica. **Revista da Educação**, v. 9, n. 1, p. 53-68.

A PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS EM UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR.2009. Disponível em: <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/texto>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

BAUS, José; KUPEK, Emil; PIRES, Marcos. Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre escolares. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. , p.40-46, 10 dez. 2002. Disponível em: <www.fsp.usp.br/rsp>. Acesso em: 20 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: ciências naturais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Ministério da Justiça (Ed.). **Glossário de álcool e drogas**. Bra-

sília, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/publicacoes/material-informativo/serie-por-dentro-do-assunto/glossario.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de ciências: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

HANSEN, K. H.; OLSON, James R. **How teachers construe curriculum integration: the Science, Technology, Society (sts) movement as Bildung**. 1996. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/0022027980280603>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

JACOBINA, Olga Maria Pimentel et al. Integrando o tema drogas às disciplinas curriculares. In: BRASIL. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Brasília: Atual, 2012. p. 206-210.

JESUS, Adriana Regina de. CURRÍCULO E EDUCAÇÃO: CONCEITO E QUESTÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL. **Educere**, Curitiba, n. , p.3-3, 06 out. 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2013.

LIMA, Valderez Marina do Rosário; GRILLO, Marlene Corre-ro. Como organizar os conteúdos científicos de modo a constituir um currículo para o século 21? In: GALIAZZI, Maria do Carmo *et al.* **Aprender em rede na educação em ciências**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 113-124.



MELLO, Guiomar Namó de. Currículo: um alinhamento necessário. In: **Lições do Rio Grande**, SECRS, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo**: questões atuais. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo**: Questões atuais. Campinas: Papirus, 1997. p. 9-28.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 7-37.

MOREIRA, Lidia Alves; NAGEM, Ronaldo Luiz. **Drogas e Prevenção**: O que as crianças de 9 a 11 anos querem saber?. 2010. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT6/DROGAS_E_PREVENCAO.pdf>. Acesso em: 31 out. 2011.

NEHRING, Catia Maria. et al. Currículo de matemática: uma análise das ideias propostas nos pcn e no referencial curricular do RS. **II CNEM** – Congresso Nacional de Educação Matemática. 2011. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/matematica/cnem/cnem/principal/cc/PDF/CC64.pdf>

NELLI, Teresinha Maria. **A construção do Currículo na Sala de Aula**: O professor como pesquisador. São Paulo: Epu, 1990.

OLIVEIRA, Gilvaneide Ferreira de; OLIVEIRA, Maria Lucia de; JÓFILI, Zélia Maria Soares. **CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS COMO FORMA**

DE ENVOLVER OS PROFESSORES NA SUA IMPLEMENTAÇÃO. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienepec/pdfs/1696.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. Currículo: um instrumento educacional, social e cultural. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 8, n. 24, p.535-548, 05 mar. 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1891/189116834015.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 12.

SANTOS, Eliane Oliveira dos. **Abordagem sobre a prevenção das drogas no contexto escolar.** Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org/interscienceplace/article/viewFile/150/213>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA. **Guia prático para programas de prevenção de drogas.** Disponível em: <http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/imagens/Guia_Prevencao_Albert_Einstein.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013.

SOLDERA, Meire *et al.* **Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados.** 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v38n2/19789.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

TRIVELATO, Sílvia Frateschi; SILVA, Rosana Louro Ferreira. **Ensino de Ciências.** São Paulo: Cengage, 2011.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: Como Ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1999.